



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DE RISCOS FISCAIS  
JUDICIAIS

ED. SEDE I - SETOR DE AUTARQUIAS SUL - QUADRA 3 - LOTE 5/6, ED. MULTI BRASIL CORPORATE - CEP 70.070-030 - FONE (61) 2026-8931 / 2026-8038

**ATA n. 00014/2025/CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DE RISCOS FISCAIS  
JUDICIAIS**

**NUP: 00400.000301/2023-25**

<b>ATA</b>	
14ª Reunião do Conselho de Acompanhamento e Monitoramento de Riscos Fiscais Judiciais	

<b>PAUTA</b>		
<b>Item</b>	<b>Assunto</b>	<b>Responsável</b>
	Abertura	Jorge Messias
1	Guia de Riscos Fiscais Judiciais	Caio Castelliano
2	Projeto de lei com foco na desjudicialização (temas: Assistência Judiciária Gratuita, Mandado de segurança, Litigância abusiva e Requerimento prévio administrativo)	Caio Castelliano
3	Programa de ações do Conselho do 2º Ciclo	Caio Castelliano
4	Evento de lançamento do Guia de Riscos Fiscais Judiciais	Caio Castelliano
	Encerramento	

<b>Data</b>	<b>Horário</b>	<b>Local</b>
24/06/2025	11:00 h	Esplanada dos Ministérios, Bloco K, Gabinete MPO

<b>PRESENTES</b>		
<b>Órgão</b>	<b>Representante</b>	<b>Cargo/Função</b>
Advocacia-Geral da União – AGU	Jorge Messias	Advogado-Geral da União
Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO	Simone Tebet	Ministra de estado

Ministério da Fazenda – MF	Rafael Dubeux	Secretário Executivo Adjunto
<b>SECRETARIA EXECUTIVA</b>		
Advocacia-Geral da União – AGU	Flavio Roman	Secretário-Geral de Consultoria
AGU – Secretaria de Governança e Gestão Estratégica	Caio Castelliano	Secretário de Governança e Gestão Estratégica
AGU - Secretaria de Governança e Gestão Estratégica	Stella Arruda Mota	Diretora do Departamento de Governança Corporativa
AGU – Secretaria de Governança e Gestão Estratégica	Leonardo Coutinho	Coordenador Geral de Governança de Riscos e Processos
<b>OUTROS PARTICIPANTES</b>		
Ministério do Planejamento e Orçamento/Conjur	Jurandi Neto	Consultor Jurídico
Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO	Luiz Guilherme	Diretor de Programa Substituto
Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO	Márcio Oliveira	Secretário-Executivo substituto
Ministério da Fazenda – MF	Cecilia Moraes	Assessora
Advocacia-Geral da União – AGU	Daniel Estevão	Fotógrafo - AGU
Advocacia-Geral da União – AGU	Ana Patricia Alves	Social Media - AGU
Advocacia-Geral da União – AGU	Rafael Braga	Assessor - AGU

## ABERTURA

No dia 24 de junho de 2025, às 11h, reuniram-se na Sala de Reunião do Gabinete do Ministério do Planejamento e Orçamento os membros nominados na lista de presença e demais convidados, para a 14ª Reunião Extraordinária do Conselho de Acompanhamento e Monitoramento de Riscos Fiscais Judiciais de 2025.

O Senhor Advogado-Geral da União, Jorge Messias, parabenizou as equipes das pastas integrantes do conselho pelo trabalho até o momento realizado, que não se limitou à questões conceituais, mas também a realizar diagnóstico e formular propostas de forma a enfrentar questões orçamentárias e o comprometimento do Estado Brasileiro com pagamentos de decisões judiciais. Em sequência passou a palavra ao Secretário de Governança e Gestão Estratégica, Caio Castelliano, para que desse início aos assuntos da pauta.

## ITEM 1 – Guia de Riscos Fiscais Judiciais

O Secretário de Governança e Gestão Estratégica, Caio Castelliano, enfatizou que o Guia se mostra relevante pelo fato de organizar o assunto em âmbito nacional. Destacou o ciclo de vida do processo judicial e a formas de materialização financeira das decisões judiciais que podem ocorrer, além do pagamento de precatórios e RPVs, via frustação de receitas, pagamentos diretos e incorporação de despesas de caráter continuado, cuja evidenciação se torna relevante dada a concentração de esforços quase que exclusivamente sobre os precatórios.

Ademais, organiza as informações sobre as características das publicações no Balanço Geral da União e no Anexo de riscos fiscais e por fim relata as incertezas relacionadas à previsibilidade da materialização do risco fiscal judicial.

## ITEM 2 – Projeto de lei com foco na desjudicialização (temas: Assistência Judiciária Gratuita, Mandado de segurança, Litigância abusiva e Requerimento prévio administrativo

Em relação ao segundo item da pauta, o Secretário de Governança e Gestão Estratégica, Caio Castelliano, iniciou com a apresentação do panorama geral da judicialização no Brasil.

Em sequência relatou o a interlocução realizada com áreas da administração pública e representações da sociedade civil que resultou na recepção de 54 propostas em 3 diferentes eixos: desjudicialização, resolução administrativa e

conciliação e combate a litigância abusiva.

Parte das sugestões ofertadas eram temáticas e versavam sobre a área previdenciária, saúde, servidores públicos, terceirização e tributária e estão sendo ainda formuladas.

Outra parte eram propostas gerais, cujos temas mais abordados foram a gratuidade de justiça (12), litigância abusiva (8) e preferência à via administrativa (5) que fundamentaram a proposta inicial do Pacto pela Segurança Jurídica.

Os participantes avaliaram que o diagnóstico e as propostas estavam alinhados e maduros e o debate se concentrou na estratégia para implementação das medidas.

### **ITEM 3 – Programa da ações do Conselho**

Em sequência foi aprovado o segundo ciclo do plano de ações do Conselho de Acompanhamento e Monitoramento de Riscos Fiscais Judiciais, promovendo a antecipação do prazo de conclusão da ação nº 9 (capacitação) para outubro de 2025, conforme consta abaixo.

#### **Ação 1**

##### **PL da Segurança Jurídica**

*Objetivo: Apresentar propostas estruturais que visam a redução de litigiosidade.*

**Relatoria:** SGE

Prazo: 12/2025

#### **Ação 2**

**Avaliar o histórico da realização dos principais** (materialidade e relevância) **riscos fiscais judiciais, que produziram impactos na arrecadação nos últimos 5 anos**, especificar as limitações que impedem sua mensuração e propor alternativas para mitigar estas restrições.

*Objetivo: mapear a materialização do risco fiscal judicial por meio de compensações tributárias.*

**Relatoria:** RFB e PGFN

Prazo: 11/2025

#### **Ação 3**

**Avançar em estudos quanto à materialização de riscos fiscais judiciais que produzem impacto direto no orçamento, ou seja, decorrentes de decisões judiciais com obrigação de fazer** - e que escapam ao regime de pagamento por meio de precatórios e RPVS, especificando as limitações que dificultam sua mensuração e possíveis propostas de novos procedimentos/classificadores.

*Objetivo: Mapear o impacto do Riscos Fiscal Judicial que se materializa por pagamentos diretos que não ocorrem na forma de pagamento de precatórios e RPV.*

**Relatoria:** MPO, SGE e STN

Prazo: 12/2025

#### **Ação 4**

Proposta **normativa de uniformização de avaliação pericial** a ser adotada tanto no âmbito do processo administrativo quanto no judicial.

*Objetivo: tornar uniformes os critérios para deferimento de benefícios previdenciários no âmbito administrativo e judicial*

**Relatoria:** PGF

Prazo: 9/2025

#### **Ação 5**

Avançar em estudos comparativos acerca das **causas de indeferimento administrativo e reversões judiciais de benefícios previdenciários e assistências**.

**Objetivo:** ampliar diagnóstico a respeito de eventuais ineficiências no processamento de pedidos previdenciários ou assistenciais.

**Relatoria:** MPO

Prazo: 12/2025

#### **Ação 6**

Segregar os IDs monitorados pela portaria 68/22 de acordo com sua **fase processual** (Conhecimento X Execução) e **expectativa da forma de materialização**.

**Objetivo:** produzir informações de maior qualidade que possam ser utilizadas para projetar despesas decorrentes de decisões judiciais.

**Relatoria:** SGE

Prazo: 12/2025

#### **Ação 7**

Construir um plano para **sanear a carteira de processos judiciais registrando os processos, pelo Judiciário, e em que fase de encerramento**.

**Objetivo:** tratar as bases de dados da AGU para produção de informações de maior qualidade.

**Relatoria:** SGE

Prazo: 12/2025

#### **Ação 8**

Revisar e propor critérios para apuração dos valores envolvidos (**metodologia de estimativa de valores**), no que diz respeito às ações monitoradas na forma da Portaria nº68 de 2022).

**Objetivo:** produzir informações de maior qualidade que possam ser utilizadas para projetar despesas decorrentes de decisões judiciais.

**Relatoria:** SGE

Prazo: 11/2025

#### **Ação 9**

Formatar **capacitação relacionada ao Risco Fiscal Judicial** para orientar membros e servidores da AGU, MF, MPO, CGU e TCU.

**Objetivo:** nivelar conhecimento entre todos que se relacionam com os processos que envolvem o Risco Fiscal Judicial.

**Relatoria:** SGE

Prazo: 10/2025

#### **Ação 10**

Avaliar as **medidas sugeridas pela PGF e a respeito de matérias previdenciárias** (ação 8), propondo **planos detalhados de sua implementação**.

**Objetivo:** Implementar medidas com potencial de redução de litigiosidade já identificadas.

**Relatoria:** PGF

Prazo: 2/2026

### **ENCAMINHAMENTOS FINAIS E ENCERRAMENTO**

#### **QUADRO RESUMO - ENCAMINHAMENTOS E DELIBERAÇÕES**

Item	Encaminhamento
------	----------------

1	Aprovado o Guia de Riscos Fiscais Judiciais Determinada a elaboração de seu sumário executivo tendo como público alvo a imprensa
2	Aprovadas as sugestões de medidas para redução da litigiosidade
3	Plano de ações aprovado conforme quadro a seguir
4	Determinada a realização de seminário em julho destinado a apresentar o Guia, apresentar dados que demonstrem a realidade de litigiosidade e apresentar propostas em linhas gerais.

<b>PLANO DE AÇÕES (2º CICLO)</b>			
Nº	Descrição	Prazo	Responsável
1	PL da Segurança Jurídica	12/2025	SGE
2	Avaliar o histórico da realização dos principais (materialidade e relevância) riscos fiscais judiciais, que produziram impactos na arrecadação nos últimos 5 anos, especificar as limitações que impedem sua mensuração e propor alternativas para mitigar estas restrições.	11/2025	RFB e PGFN
3	Avançar em estudos quanto à materialização de riscos fiscais judiciais que produzem impacto direto no orçamento, ou seja, decorrentes de decisões judiciais com obrigação de fazer - e que escapam ao regime de pagamento por meio de precatórios e RPVS, especificando as limitações que dificultam sua mensuração e possíveis propostas de novos procedimentos/classificadores.	12/2025	MPO, SGE e STN
4	Proposta normativa de uniformização de avaliação pericial a ser adotada tanto no âmbito do processo administrativo quanto no judicial.	09/2025	PGF
5	Avançar em estudos comparativos acerca das causas de indeferimento administrativo e reversões judiciais de benefícios previdenciários e assistências.	12/2025	MPO
6	Segregar os IDs monitorados pela portaria 68/22 de acordo com sua fase processual (Conhecimento X Execução) e expectativa da forma de materialização.	12/2025	SGE
7	Construir um plano para sanear a carteira de processos judiciais registrando os processos, pelo Judiciário, e em que fase de encerramento.	12/2025	SGE
8	Revisar e propor critérios para apuração dos valores envolvidos (metodologia de estimativa de valores), no que diz respeito às ações monitoradas na forma da Portaria nº68 de 2022).	11/2025	SGE
9	Formatar capacitação relacionada ao Risco Fiscal Judicial para orientar membros e servidores da AGU, MF, MPO, CGU e TCU.	10/2025	SGE
10	Avaliar as medidas sugeridas pela PGF e a respeito de matérias previdenciárias (ação 8), propondo planos detalhados de sua implementação.	02/2026	PGF

Não havendo nada mais o que tratar eu, Flavio José Roman, Secretário-Geral de Consultoria, lavrei a presente ata.

**FLAVIO JOSÉ ROMAN**

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00400000301202325 e da chave de acesso 36ce8d7d



Documento assinado eletronicamente por FLAVIO JOSE ROMAN, com certificado A1 institucional (\*.AGU.GOV.BR), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 2751027941 e chave de acesso 36ce8d7d no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FLAVIO JOSE ROMAN, com certificado A1 institucional (\*.AGU.GOV.BR). Data e Hora: 22-08-2025 10:59. Número de Série: 24688056426646610828629120681. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final SSL.